

# As desigualdades sociais no entorno de uma área natural protegida em Goiás: uma análise pela educação ambiental crítica para a maior participação dos sujeitos

\*Alessandro Silva de Oliveira<sup>1,3</sup> (PQ), Agustina Rosa Echeverría<sup>2,3</sup> (PQ).  
[alessandroliveiraifg@gmail.com](mailto:alessandroliveiraifg@gmail.com)

1 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – campus Anápolis, 2 – Universidade Federal de Goiás; 3 – Programa de Pós – graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

*Palavras-Chave: educação ambiental, área natural protegida, desigualdades sociais.*

**RESUMO:** Este trabalho é um estudo de caso, que resulta de pesquisa de doutorado, desenvolvida na Vila de São Jorge, no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) em Goiás. A população, formada basicamente por ex-garimpeiros, vive submetida a situações de difícil sobrevivência para a maioria. A intervenção da população poderia contribuir para melhores condições de vida, porém esta iniciativa é quase inexistente. Investigamos pela perspectiva da educação ambiental crítica, aspectos das concepções e atuação dos sujeitos que favoreciam maior participação da comunidade no contexto social. A coleta dos dados foi realizada por instrumentos sugeridos para as pesquisas qualitativas e a análise empregando-se o método da Análise de Conteúdo, pela técnica da categorização. Concluímos que os aspectos favoráveis a maior participação são reduzidos, porém, podem ser ampliados a um maior número de pessoas pela interação com outro, que favoreceria a intervenção nas situações de vida no entorno do PNCV.

## 1. INTRODUÇÃO

Partimos da ideia de que já se reconhece, em vários âmbitos da sociedade, a gravidade dos problemas ambientais aos quais estamos submetidos e pelos quais somos os principais responsáveis. O consumo exacerbado de matéria-prima e produtos, o desaparecimento de espécies, a degradação dos ambientes e as negligências, como as que resultaram no recente caso de Mariana, MG, exemplificam parte desses problemas.

A insegurança socioeconômica e política assola grande parte do mundo. A corrupção, a ameaça à vida, opressões e diversas outras formas de violência levam milhares de pessoas a migrar em busca de outros locais para a sobrevivência.

Trata-se de um cenário cuja crise não se restringe à degradação dos sistemas biogeoquímicos do planeta, mas que permeia as relações com o outro no ambiente. Uma crise de valores da sociedade, na qual recursos e pessoas foram subjugados a um modelo insustentável de civilização.

Diante desse panorama cabe perguntar: o que dizer de uma educação ambiental em tempos como este? No mínimo, vale afirmar que somente informações sobre os componentes naturais do espaço e formação de posturas ecologicamente corretas são insuficientes e que, diante de tantas questões adversas da atualidade, faz-se necessária uma formação crítica das pessoas para seu enfrentamento.

Nesse sentido, a educação ambiental crítica pode constituir-se como um processo capaz de fornecer subsídios para os desafios da vida contemporânea. O desenvolvimento das capacidades de identificar, problematizar e agir perante as condições de difícil sobrevivência poderia ser uma saída. Por essa razão, a consideramos como um processo de formação para a vida.

A constituição de posturas questionadoras, analíticas e atuantes é uma das principais finalidades desse processo, que pretende a constituição de pessoas capacitadas à intervenção nas situações que lhes dizem respeito, sobretudo, naquelas

que são indispensáveis à luta por melhores condições de vida, em que as desigualdades são acentuadas.

Nesse âmbito, dentre as várias localidades no Brasil que explicitam disparidades socioeconômicas entre as pessoas e carecem de luta por melhores condições de vida deparamo-nos com a Vila de São Jorge, situada nas proximidades do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) no Estado de Goiás. Inicialmente, o intuito da nossa pesquisa era analisar as propostas de educação ambiental nos parques do Estado. Mas ao nos confrontarmos com a situação desse povoado, cuja população, em sua maioria, está submetida a situações que dificultam a sobrevivência no local, fomos levados a percorrer outros caminhos.

A modificação do plano original levou por um súbito momento ao pensamento de estruturar uma “proposta de educação ambiental” para os sujeitos dessa Vila. Mas isso foi logo descartado, dada a percepção de que tal propósito era muito pretensioso, já que um apenas um “curso” não seria suficiente para resolver os problemas da comunidade.

Logo assumimos que as próprias pessoas do povoado seriam as principais responsáveis pelas mudanças. E estas se dariam pela sua participação mais efetiva nas situações que acarretam condições difíceis de sobrevivência em São Jorge. Com esta posição, propomo-nos a análise de aspectos nas visões e atuação dos sujeitos que seriam favoráveis a uma maior participação por parte deles.

Isso posto, delineamos os pressupostos teóricos com os quais mantemos diálogo para a análise.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO ESTUDO

No campo da educação ambiental, sempre é oportuno lembrar que prevalece uma polissemia de diferentes formas de pensá-la e praticá-la, que vão desde a transmissão de informações sobre os componentes do espaço à transformação das relações humanas. Dessa polissemia emerge a heterogeneidade de intenções que se situam em uma esfera de não neutralidade, com a materialização, consciente ou não, de perspectivas ideológicas variadas (SAUVÉ, 2005a, 2005b; CARVALHO, 2012; LOUREIRO, 2012).

Nos discursos da educação ambiental existe uma forte tendência a abordagens sobre as características naturais do espaço ou a degradação pela poluição. Prevalcem, em muitas, a ênfase nas características biológicas e físico-químicas da degradação ambiental, privilegiadas em detrimento das dimensões política, social e econômica que caracterizam o espaço do meio ambiente.

Essa visão conservadora expressa a crença de que, transmitindo informações sobre o ambiente, pode-se transformar o “comportamento incorreto” das pessoas. E que a somatória de indivíduos com comportamentos transformados seria a solução para a problemática ambiental, o que não é verdade (GUIMARÃES 2011; LOUREIRO, 2012).

Leff (2010) considera que as preocupações voltadas para os aspectos naturais mais contribuem para “ecologizar” o pensamento da sociedade, reduzindo a interpretação das questões socioambientais à descrição ou conservação dos sistemas naturais. Nesse sentido, Foladori (2001) aponta que perspectivas voltadas para essa dimensão promovem um deslocamento da visão sobre a problemática ambiental para entendimentos inseridos em uma ordem “natural”.

Os pressupostos da educação ambiental crítica guiam a perspectiva da análise. Adotamos esse referencial, por considerarmos que tal visão toma o ser humano

inserido no espaço de dimensões socioambientais; a vida em sua complexidade e a compreensão das questões ambientais não restritas apenas às dimensões naturais do espaço. Como sua proposta é desveladora e comprometida com a transformação dos contextos sociais, por meio dela seria possível formar pessoas capazes de identificar, questionar, propor soluções e agir frente às questões socioambientais.

Afirmamos, neste estudo, que são necessárias, entre as pessoas, perspectivas que, ao possibilitarem desdobramentos das relações, também favoreçam a identificação dos interesses e posicionamentos dos sujeitos nos locais onde vivem (JACOBI, 2003; GUIMARÃES, 2007; LOUREIRO, 2012; PORTO-GONÇALVES, 2004; REIGOTA, 2009).

Nessa perspectiva, a informação é um dos principais meios na construção de conhecimentos, pois possibilita às pessoas aproveitar melhor as oportunidades, exercer seus direitos, reivindicar a provisão de serviços, dentre outros exercícios de cidadania (SAITO, 2000; GUIMARÃES, 2007; LOUREIRO, 2012). Associado a isso, os contextos sociais apresentam elementos que podem ser identificados e potencializados no sentido de favorecer o empoderamento<sup>1</sup> dos sujeitos (NARAYAN, 2002).

Com base nessas orientações, acreditamos que a participação de homens e mulheres no contexto socioeconômico de suas próprias vidas, atrelada a perspectivas críticas, pode levar ao empoderamento dos sujeitos, aspecto esse fundamental nos quadros de dificuldades para a sobrevivência como é o do local de nosso estudo.

Concebemos o empoderamento e a participação dos sujeitos como processos integrados e acreditamos que a própria atuação dos sujeitos nas dimensões socioambientais de seus contextos poderia estruturar e/ou desencadear esses processos. Nesse sentido, julgamos ser necessária uma visão não reducionista de espaço e interações e posturas de intervenção em prol de melhores condições para a maioria.

A partir dessas conjecturas nos propomos a análise da maior participação das pessoas da comunidade nas situações que ocasionam condições difíceis de sobrevivência em São Jorge.

### **3. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO LÓCUS DA PESQUISA**

No Brasil existem várias situações conflituosas ou de vulnerabilidade social nas quais se faz necessária a participação das pessoas. Neste trabalho, focalizamos os contextos sociais das comunidades de áreas naturais protegidas, em específico o da Vila de São de Jorge nas proximidades do PNCV, cujo contexto sócio-histórico é delineado neste tópico.

Nesse local notam-se dificuldades de sobrevivência para a maioria da população, que são decorrentes principalmente, das relações que foram instituídas no local e acentuadas com a chegada de empresários do turismo; da marcante desatenção política dos órgãos de gestão do município; e de uma baixa articulação dos sujeitos para fazer frente às situações adversas à vida no povoado e para mudanças nesse quadro social.

---

<sup>1</sup> Empoderamento aqui é entendido como um processo dinâmico que visa aumentar a autonomia das pessoas em seus contextos sociais. Geralmente, refere-se a indivíduos ou grupos submetidos a condições de opressão e vulnerabilidade social. Neles, procura-se o desenvolvimento de uma visão crítica e de posicionamentos diante das questões sociais (FRIEDMANN, 1992; NARAYAN, 2002; GOHN, 2004).

O lócus da pesquisa, a Vila de São Jorge, é um povoado, cuja base da população é formada por ex-garimpeiros de quartzo. Localizada a menos de dois mil metros da entrada do PNVC, e a uma distância de 480 km de Goiânia, na região nordeste do Estado, o povoado teve início com a aglomeração de pessoas no local, atraídas pela possibilidade de melhoria nas condições de vida através das atividades do garimpo.

Na condição de garimpeiros, essas pessoas foram abrindo caminhos, trilhas e construindo ranchos, dando origem a “povoados” diversos, que surgiram e desapareceram em meio ao cerrado. De um desses povoados nasceu a Vila de São Jorge (Figura 1), cuja origem remonta, segundo Almeida *et al.* (2007), a 1912, de um acampamento chamado Garimpão, que fora denominado posteriormente de Baixa dos Veadeiros e batizado, em 1954, como Vila de São Jorge. Em 1996, o povoado tornou-se distrito de Alto Paraíso de Goiás, localizada a 35 km de São Jorge.



**Figura 1: Vista aérea da Vila de São Jorge nas proximidades da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** Fonte - Casa de Cultura Cavaleiros de Jorge/PNCV.

Historicamente, as dificuldades para a sobrevivência são as características mais marcantes do quadro social de vida da população. Com a invenção do cristal sintético na década de 1960, o garimpo entrou em crise e a extração de flores secas do cerrado se tornou a principal atividade econômica de subsistência desses sujeitos.

A coleta e o comércio de flores do cerrado ajudaram precariamente no sustento do povoado. Os relatos são de que famílias inteiras iam para o campo e lá permaneciam por meses. E que, no início da atividade, os comerciantes da região realizavam diretamente a compra das flores, porém, logo apareceram atravessadores, que depreciaram o preço da mercadoria, aumentando com isso, as dificuldades para a sobrevivência no local.

Apesar de as práticas do garimpo já estarem em declínio, muitas famílias ainda sobreviviam da comercialização regional de lascas de cristais. Com isso, a subsistência precária foi mantida por quase duas décadas por meio dessa atividade de venda de lascas, bem como pelo comércio depreciado de flores e por algumas práticas de agricultura de subsistência.

A delimitação da área do Parque, iniciada em 1961, acarretou profundas alterações no modo de vida da comunidade (DOMICIANO & OLIVEIRA, 2012). A sobrevivência tornou-se ainda mais difícil pela proibição total de atividades relacionadas ao garimpo e pela restrição da agricultura de subsistência com a expropriação da posse da terra, concluída no final da década de 1980 por ocasião da demarcação da área do PNCV.

Muitos homens e mulheres entrevistados para esta pesquisa eram crianças naquela época e outros já eram adultos. Foi comum, nas falas de muitos, o relato sobre



a fome enfrentada, os conflitos entre os garimpeiros, a violência física, a morte e o desaparecimento de pessoas nesse período.

O turismo foi proposto, na década de 1980, como uma alternativa para a decadência comercial do cristal e a proibição das atividades de garimpo. De imediato, os garimpeiros tornaram-se guias de turismo e algumas de suas mulheres abriram pequenas pousadas e restaurantes. Logo, desde a década de 1980, os moradores da Vila foram envolvidos, direta ou indiretamente, nas atividades turísticas.

O entorno do Parque possui grande potencial turístico pelos atrativos, compostos por sítios arqueológicos, águas termais, formações rochosas, espaços de beleza cênica, corredeiras e saltos (Figura 2). Estes poderiam ser utilizados para estruturar atividades que colaborassem para melhorias nas condições socioeconômicas da maioria daqueles que vivem no entorno do PNCV.

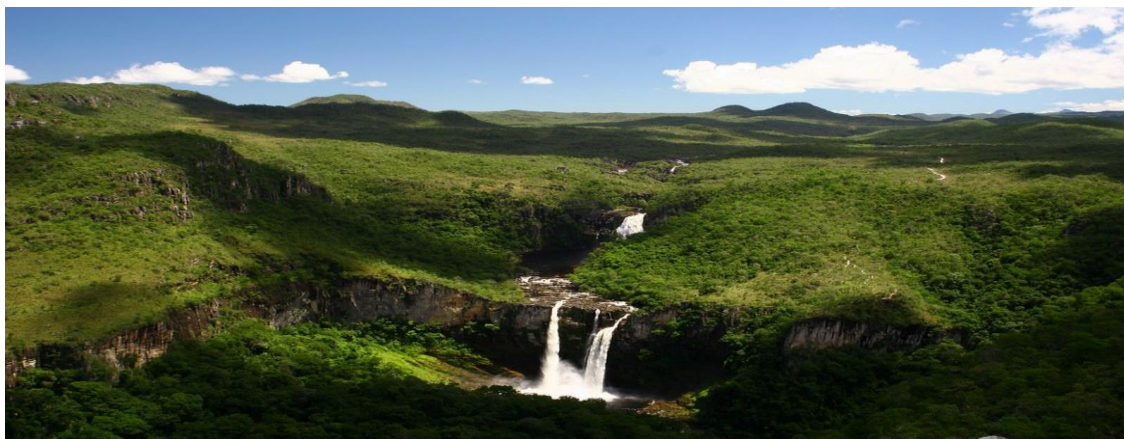


Figura 2: Vista aérea dos Saltos I e II do Rio Preto no PNCV. Fonte – Ion David/fotógrafo da região.

Porém, prevalece, no quadro social da Vila, uma série de vantagens dos “chegantes” sobre os “nativos”.<sup>2</sup> Por exemplo, os chegantes conseguem oferecer aos turistas serviços e opções de acomodação que diferem significativamente dos estabelecimentos dos nativos. Também ofertam melhores preços e opções de alimentação aos turistas, dada sua logística para a aquisição de *commodities* e as facilidades de estocagem. Os “chegantes” conseguem, ainda, oferecer passeios turísticos mais diversificados e de melhor qualidade.

Além disso, o fato de os empresários “chegantes” serem, em sua maioria, de Brasília, colabora para que tenham contatos políticos que favorecem tanto a divulgação de seus estabelecimentos quanto a ocupação das pousadas nas altas temporadas. Nos próprios meios de divulgação turística do estado, nota-se um destaque para os estabelecimentos cujos proprietários possuem essa origem.

Todo esse contexto acentua as desigualdades socioeconômicas entre os empresários “chegantes” e a maioria da população da Vila. Isso, em conjunto com a pouca organização das pessoas para fazer frente a esse quadro, corrobora para a

<sup>2</sup> Atualmente, na Vila, são bastante utilizados os termos “nativos” e “chegantes”. A palavra “nativo” é empregada para identificar as pessoas que têm sua origem relacionada ao garimpo e “chegante” para designar aquelas que escolheram o local para viver ou abrir algum negócio relacionado ao ecoturismo. Os nativos são geralmente guias de turismo, donos de pequenos atrativos turísticos ou proprietários de estabelecimentos modestos; já os chegantes são principalmente ricos empresários, donos de agências ou pousadas e restaurantes sofisticados em São Jorge. A modificação na base da população da Vila decorreu da implantação do Projeto Rumo ao Sol e principalmente do Programa de demissão voluntária do governo Collor na década de 1980. Com recursos financeiros da demissão, vários indivíduos migraram para São Jorge e tornaram-se empresários do turismo.

manutenção de condições econômicas difíceis para a sobrevivência das pessoas da comunidade<sup>3</sup> em São Jorge.

Essa conjuntura é agravada pela desatenção dos órgãos políticos para com o povoado. Até o ano de 2016, a Vila não apresentava calçamento nas ruas (Figura 3). A iluminação pública, que surgiu parcialmente em 1997, ainda inexistiu em várias partes de São Jorge. Não há bancos, caixas eletrônicas ou postos de combustível no local.

Os serviços básicos são ofertados para a comunidade com precariedade ou inexistem. Não há hospitais ou CAI em São Jorge e os atendimentos emergenciais ocorrem na farmácia. A educação é ofertada somente para as crianças no nível fundamental e é alto o analfabetismo na Vila. A segurança é realizada apenas esporadicamente por viaturas enviadas de Alto Paraíso de Goiás.



Figura 3: Vista panorâmica da Vila de São Jorge com suas ruas sem calçamento. Fonte: O Autor.

Todos esses fatos que mencionamos acarretam prejuízos à sobrevivência das pessoas desse local e influenciam na constituição de condições sociais, econômicas e políticas adversas à vida desses sujeitos.

É certo que muitas situações de dificuldades sociais de vida dessas comunidades decorrem da baixa participação e do pouco empoderamento dos sujeitos nas questões que constituem a vida social. Uma maior participação possibilitaria aos sujeitos tomar parte nas ações e decisões em seu contexto. O aumento de sua influência nas resoluções dos problemas, em benefício da maioria, contribuiria para o empoderamento nas questões sociais. E, para tanto, é fundamental objetivar transformações coletivas e não apenas individuais.

Por conseguinte, decidimos analisar, pela perspectiva da educação ambiental crítica, aspectos presentes nas concepções de meio ambiente, nas concepções/práticas de educação ambiental e nos interesses/e participação dos sujeitos que favoreceriam a maior participação destes no contexto socioambiental do povoado nas proximidades do PNCV.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa que realizamos é um estudo de caso que foi desenvolvida com visitas a campo, em períodos intermitentes, durante três anos. Participaram do estudo 44 entrevistados, sendo que, na definição dos participantes consideramos

<sup>3</sup> Cabe destacar, aqui, que chamamos de pessoas da comunidade o grupo formado pelos nativos e seus descendentes que vivem no povoado. Também inserimos, nesse conjunto, aqueles que vieram de outros locais, os quais, diferentemente dos empresários chegantes, assumem uma identidade com os nativos, estabelecem vínculos afetivos com eles e compartilham dos ideais de melhores condições de vida para a maioria. Logo, consideramos como pessoas da comunidade de São Jorge os ex-garimpeiros, com suas famílias, que correspondem aos guias de turismo, cozinheiras, artesãos, professores, donos de pousadas e restaurantes modestos, lanchonetes, pessoas que desenvolvem projetos em benefício da comunidade e alguns donos de atrativos turísticos, todos submetidos, em maior ou menor grau, a situações que acarretam condições não favoráveis de sobrevivência na Vila.

aqueles que fazem parte do cotidiano do povoado e delimitamos seis grupos a partir das principais funções socioeconômicas: Grupo de Guias de Turismo (GGT), Grupo de Proprietários de Pousadas (GPP), Grupo de Proprietários de Agências de Turismo (GPAG), Grupo de Proprietários de Atrativos Turísticos (GPAT), Grupo de Formadores de Opinião (GFOP) e de Agentes Políticos Oficiais (GAPO).

A coleta de dados foi feita mediante observação, com anotações em diário de campo, registro por fotografias, consulta em documentos e informações do acervo do PNCV sobre aspectos sócio-históricos da região e por meio de entrevistas semiestruturadas (BOGDAN & BIKLEN, 1994).

As entrevistas são a principal fonte de dados. Para a análise dos dados dessa fonte, escolhemos o método da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e utilizamos a técnica da categorização. A análise permitiu levantar três categorias: concepções de meio ambiente (categoria 1.0), concepções/práticas de educação ambiental (categoria 2.0) e interesses/participação dos sujeitos (categoria 3.0).

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão do estudo sobre as concepções e ações relatadas pelos sujeitos da Vila de São Jorge são embasados nas perspectivas críticas da educação ambiental em diálogo com o conceito de empoderamento. Inicialmente dialogamos acerca das concepções de meio ambiente e concepções/práticas de educação ambiental. Posteriormente apresentamos o que foi apreendido sobre os interesses e a participação relatados pelos sujeitos na Vila.

### 5.1 SOBRE AS CONCEPÇÕES DE MEIO AMBIENTE DOS SUJEITOS

De início, é importante destacar que, em nosso estudo, consideramos que as concepções de meio ambiente condicionam as formas de interação estabelecidas pelas pessoas com/no seu espaço e influenciam seus interesses e ações (PORTO-GONÇALVES, 2004; REIGOTA, 2009; SAUVÉ, 2005a), levando a implicações diversas na relação dos indivíduos entre si e na sua atuação no ambiente.

Na análise das comunicações dos 44 entrevistados surgiram diversas visões de ambiente, que foram categorizadas em concepções, com fundamento nas definições tipológicas de Sauv  (2005a, 2005b).

No estudo, 26 pessoas (59%) apresentaram a concepção de meio ambiente como recurso. Representamos a ocorrência dessa e outras visões no Gráfico 1. Acerca desse resultado, chamamos a atenção para o fato de que sete participantes manifestaram visões híbridas de meio ambiente, como recurso e projeto comunitário, conforme apresentado:

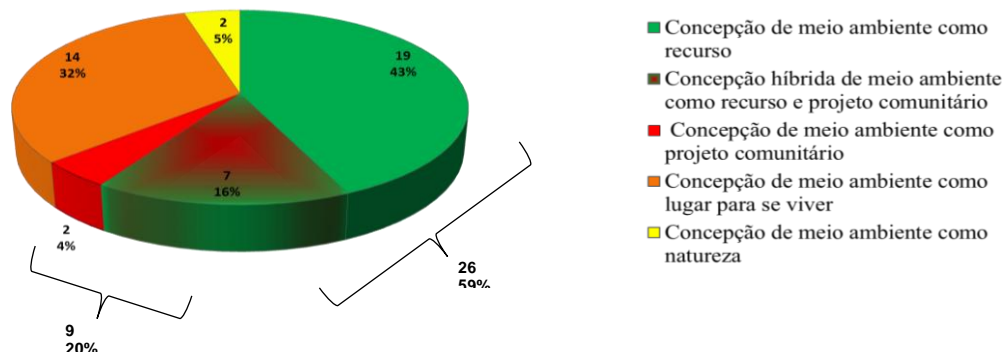


Gráfico 1: Conceções de meio ambiente entre os sujeitos de São Jorge. Fonte: dados da pesquisa, elaborado pelo autor.



A frequência das unidades de registro e contexto nas comunicações corrobora para a inferência de que predomina entre os sujeitos a visão de ambiente como recurso. Esta é manifestada por ideias de ambiente como fonte de recursos financeiros, de alimentos, espaço de garantia para a qualidade de vida e de recursos para as gerações futuras, como pode ser verificado nos turnos a seguir:

[1] [...] é o nosso **ganha-pão!** Se eu não tiver interesse em preservar [...] daqui uns dias eu vou **vender o quê?** [...]. (PAG<sub>2</sub>)

[2] **Nós dependemos** da natureza **pra viver**. [...] Senão **vai faltar** até o **alimento pra sobreviver**. (GT<sub>2</sub>). [Grifo nosso].

[3] Tudo o **que o ser humano tem** hoje **veio através** do meio ambiente. A **produção de tudo que a gente come**. (PAT<sub>7</sub>).

[4] Precisa que essa mata esteja preservada **para eu ter uma qualidade** de água, **pra eu ter a qualidade no clima**, que possa **fornecer alimentos**. (PP<sub>3</sub>).

[5] Se a gente não **cuidar dele**, não **souber usar**, **vai acabar**. (FOP<sub>7</sub>).

Estas falas que remetem às ideias de dependência e “cuidados” com o ambiente, na verdade, explicitam visões de subserviência da natureza ao ser humano, como exemplifica a fala do PAG<sub>2</sub> no turno (1). Como esta fala, outras que emergem nas entrevistas, nas quais o ambiente é claramente explicitado como mercadoria, reforça nossa inferência no estudo de que existe uma visão predominantemente utilitarista do espaço.

Essa visão reducionista, percebida fortemente na concepção de recurso, é um aspecto negativo para que haja maior participação das pessoas nas situações que implicam a necessidade de identificação das dificuldades vividas em seu espaço, assim como de análise e de ação perante elas (PORTO-GONÇALVES, 2004). Além de não favorecer a identificação de fatores que acarretam as dificuldades de sobrevivência em São Jorge, essa visão, também remete à crença de que apenas “cuidados” com os espaços naturais são suficientes para a qualidade de vida e a manutenção desta hoje e no futuro.

As visões de ambiente como um espaço comunitário, apreendidas nas falas de nove pessoas (20%), remetem a entendimentos da natureza complexa e conflituosa das relações no lugar. Consideramos esses aspectos favoráveis a maior participação das pessoas da comunidade, pois são visões que não desconsideram a conjuntura social de São Jorge. Como estão voltadas para as condições de vida no entorno do PNCV, podem colaborar para a ampliação do campo de visão sobre as situações adversas no povoado.

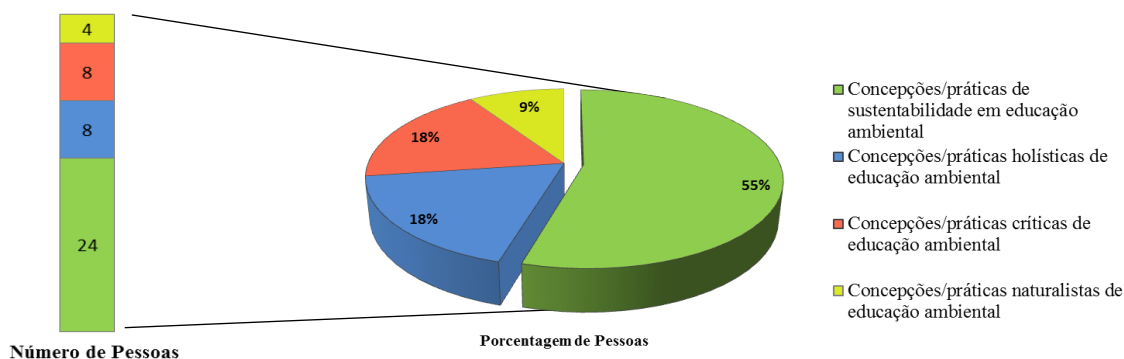
## 5.2 SOBRE AS CONCEPÇÕES/PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LOCAL

Na análise das concepções e práticas de educação ambiental existentes entre os sujeitos de São Jorge, partimos do pressuposto de que elas se constituem em posicionamentos político-ideológicos e adquirem desdobramentos de acordo com os cenários nos quais se articulam.

Consideramos que as concepções e práticas no local podem influir para diferentes formas de atuação e acarretar implicações nas maneiras de pensar e atuar sobre o ambiente (SAUVÉ, 2005a; 2005b). Assim, apropriando-nos da expressão utilizada por Leff (2010), cremos que tais concepções e práticas podem contribuir para o que se denomina “ecologização do pensamento” das pessoas do lugar ou para a possibilidade de explicitação das contradições que constituem os contextos de São Jorge.

A análise sobre as concepções e práticas entre os sujeitos revelou que perspectivas de sustentabilidade são predominantes, dentre as demais concepções/práticas (a holística, a crítica e a naturalista), conforme representamos:





**Gráfico 2: Conceções/práticas de educação ambiental entre os sujeitos de São Jorge.** Fonte: dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

A visão que predomina entre os entrevistados pode ser exemplificada por trechos das comunicações dos participantes, como os que seguem:

[6] Educação ambiental é um trabalho que **vai levar as pessoas a ajudar a conservar** o que ela tem [...] (PAG<sub>1</sub>).

[7] **É reciclar!** É nesse sentido que a gente entende a educação ambiental aqui em São Jorge [...]. (PP<sub>5</sub>).

[8] [...] educação ambiental **seria incentivar** o pessoal a **não ficar jogando lixo**, poluindo. (PAT<sub>2</sub>).

[9] **É educar** o ser humano **para ele ter noção dos conceitos de sustentabilidade**. (PAT<sub>5</sub>).

Concebemos que as pretensões predominantes nessas formas de conceber o processo situam-se no desenvolvimento de posturas de “cuidados” com esse lugar, visto as falas se referem principalmente a responsabilidades com a conservação dos recursos, à diminuição da degradação por resíduos e à reutilização de materiais.

Todos os 44 entrevistados afirmaram realizar práticas de educação ambiental em São Jorge e proximidades. Em relação a essas “práticas”, detivemo-nos na análise apenas daquelas que estruturam processos de formação, tais como as realizadas pelos GT e as executadas nos projetos existentes em São Jorge.

As práticas realizadas pelos GT visam prioritariamente à formação de posturas para a conservação dos espaços, em específico do entorno do PNCV. Percebemos que os GT procuram despertar a atenção das pessoas nas trilhas para a importância da conservação dos lugares de visitação. Eles falam da importância das plantas medicinais, consequências dos desmatamentos e características dos solos, direcionando-se às necessidades de conservação.

É importante frisar que tais informações possuem valor para conhecimentos relacionados ao espaço natural. Porém, concordamos com as observações de Pedrini (2005), de que práticas como as realizadas pelos GT, que enfatizam fatores de ordem física e biológica, podem favorecer mais entendimentos descontextualizados de seus âmbitos sociais.

Isso posto, afirmamos que práticas com essas características pouco contribuem para a reflexão sobre os dilemas sociais que permeiam a vida das pessoas. Em São Jorge, elas não favorecem nem mesmo a explicitação dos interesses que envolvem a própria conservação dos locais de turismo, e a principal contribuição das práticas do GGT para as pessoas que visitam o lugar são a sensibilização e o (re)conhecimento dos componentes naturais do espaço.

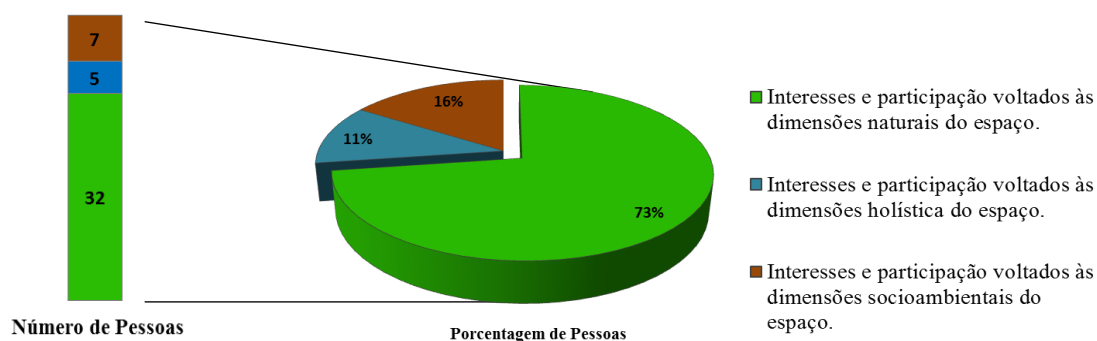
Em relação às concepções/práticas críticas de educação ambiental que ocorrem em 9% dos entrevistados, a análise desta visão mostrou a existência de aspectos que colaborariam para entendimentos críticos e intervenção nas questões sociais do local,

visto que a educação ambiental é concebida, por essas pessoas, como processo voltado para as necessidades do contexto social.

Nessas concepções emergem aspectos favoráveis a maior participação das pessoas, pois remetem ao desenvolvimento de conhecimentos e posturas de intervenção por parte da população. Contudo, os sujeitos que as manifestaram encontram-se atualmente, pouco envolvidos com ações voltadas para a comunidade. Apenas em um projeto, desenvolvido com as crianças e adolescentes do entorno do PNCV, encontramos a materialização de ideias aproximadas a essa perspectiva.

### 5.3 SOBRE OS INTERESSES E A PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS NA VILA

Na análise sobre os interesses e a participação dos sujeitos, é importante destacar que, a relevância da investigação de tais dimensões está no fato de que elas fornecem indícios sobre as atenções e as ações dos entrevistados, o que corrobora para responder ao estudo que nos propomos. A ocorrência das unidades de registro e contexto nas comunicações permitiu-nos delinear três categorias de análise, que se referem aos interesses e à participação voltados para as dimensões: natural do espaço, holística e socioambiental. Em relação a esses, manifestados pelos entrevistados, evidenciamos a seguinte relação especificada no Gráfico 3:



**Gráfico 3: Interesses e participação entre os sujeitos de São Jorge.** Fonte: dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

A maior parte dos entrevistados (73%) relata que as pessoas apresentam interesses situados nas dimensões naturais do espaço, como exemplificam alguns turnos das comunicações:

[10] Existe **o interesse pela permacultura** e o público que vem pra Chapada é um público interessado por meio ambiente, **por mato**. (FOP<sub>5</sub>).

[11] Elas **têm interesse** sim. Em saber **como é reciclado o lixo** das pousada, **como é reciclado o óleo** de fritura dos restaurantes [...]. (PAT<sub>7</sub>).

[12] Elas **têm interesse em questões ambientais**. [...] querem **saber de clima, de tempo**, até de outra região que eu nunca fui. (GT<sub>4</sub>).

[13] [...] as pessoas que vieram pra cá elas **têm mais esse perfil de curtir a natureza**, de **respeitar a natureza** [...] Então nessa questão de preservação ambiental elas **têm mais esse tipo de preocupação: não jogar cigarro no chão, lixo** [...] essas coisas assim [...]. (PP<sub>6</sub>).

Os interesses voltados para a dimensão socioambiental do espaço surgiram em uma pequena parcela (16% das pessoas). A esse respeito, acreditamos que os interesses voltados para as dimensões socioambientais da Vila são um aspecto favorável, o que poderia levar ao aumento da consciência crítica e à capacidade de tomar decisões que conduziriam ao empoderamento.

Apesar de ser baixa, a participação atual das pessoas, nos dilemas do povoado, a análise dos documentos mostrou que São Jorge foi um lugar onde a maioria das pessoas se envolvia em ações organizadas na Vila através de associações. Porém, é

importante destacar que a ação das pessoas esteve predominantemente dirigida para os assuntos relativos às dimensões naturais do lugar. A análise das atividades desenvolvidas pelas associações revelou que elas se voltaram mais para o desenvolvimento de ações de “cuidados” com o espaço, principalmente dos atrativos.

Atualmente, as associações que foram espaços de dinamização das pessoas estão sucateadas e estiveram praticamente inativas até o ano de 2014. Porém, no final desse mesmo ano, uma nova direção assumiu a ASJOR e reiniciou as atividades da Associação com a finalidade principal de envolver as pessoas pela associação na solução dos problemas comuns. Assim, acreditamos que o intuito de envolvimento dos sujeitos na identificação e discussão dos problemas na Vila são aspectos favoráveis a maior participação e empoderamento das pessoas da comunidade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo que realizamos, apreendemos que as concepções, interesses e ações predominantes entre os sujeitos determinam uma sinergia de esforços para a manutenção dos espaços naturais, com poucos questionamentos sobre os verdadeiros fatores que determinam as condições de difícil sobrevivência na Vila. Identificamos poucos aspectos favoráveis a maior participação e intervenção dos sujeitos, porém, mesmo reduzidos, acreditamos que eles apresentam potencialidade para a explicitação das contradições e podem ser ampliados pela interação crítica com o outro, em processos coletivos organizados.

Nesse sentido, a reativação da ASJOR com o intuito de envolver as pessoas da comunidade na busca de caminhos para os problemas sociais do povoado é um aspecto bastante favorável a maior participação das pessoas. Assim, com base nessas reflexões, de modo simplificado podemos referir que os aspectos que favoreceriam a maior participação da comunidade têm a ver com visões não reducionistas de espaços e interações, com processos que possibilitam entendimentos críticos para a identificação e análise dos fatores que condicionam as situações difíceis de sobrevivência, e com a organização da população para a intervenção nos problemas do povoado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Geralda de et al. Vila de São Jorge e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: os caminhos da geografia passam por lá. **Ateliê Geográfico: revista eletrônica do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 106-117, set. 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.

DOMICIANO, Carlos Shiley; OLIVEIRA, Ivanilton José de. Cartografia dos impactos ambientais no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Revista Mercator**, v. 11, n. 25, p. 179-199, maio/ago. 2012.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

FRIEDMANN, John. **Empowerment: the politics of the alternative development**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Empowerment and community participation in social policies. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. (Org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental: no consenso um embate?** 5. ed. Campinas: Papirus, 2007.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 18, p. 189-205, mar. 2003.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NARAYAN, Deepa. **Empoderamiento y reducción de la pobreza**. Tradução de Teresa Niño Torres. 1. ed. Banco Mundial em Co-edição com Alfaomega Grupo Editor. Colômbia: Bogotá, 2002.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. Educação ambiental: trajetórias da educação ambiental. In: \_\_\_\_\_ (Org.). 8. ed. **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SAITO, Carlos Hiroo et al. Educação ambiental, investigação-ação e empowerment: estudo de caso. **Revista Linhas Críticas**, v. 7, n. 10, p. 31-44, jan./jun. 2000.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidade e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005a.

\_\_\_\_\_. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: CARVALHO, Isabel Cristina Moura; SATO, Michèle (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005b.